

RESENHAS

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. São Paulo: Artmed, 2011, 384 p.

O renomado pesquisador William A. Corsaro é referência mundial em pesquisas sobre culturas infantis em um campo que contemporaneamente é denominado de sociologia da infância. São objetos principais de suas investigações as relações entre as crianças, a vida das crianças e sua participação social. Há mais de 30 anos desenvolve investigações com crianças pequenas (em idade pré-escolar) nos Estados Unidos, Itália e Noruega. São estudos etnográficos sobre os quais se pode afirmar que o autor não faz pesquisas sobre as crianças, mas com as crianças, ou a partir das crianças. Esse posicionamento fez com que recentemente ele abordasse os temas metodologia e ética em suas pesquisas.

A tradução e publicação de *Sociologia da infância*, em 2011, foi um presente para as pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que estudam a infância e culturas infantis, pois até então se tinha acesso à obra apenas em outras línguas.

A proposta da obra é estudar as crianças numa perspectiva sociológica em que o foco não está nas questões individuais e de preparação para o futuro, as quais consideram a socialização como a internalização, pelas crianças, dos conhecimentos, regras e normas adultas. Faz críticas às perspectivas sociológicas clássicas, reprodutivistas e da psicologia. Reconhece as contribuições dos modelos construtivistas de Piaget e Vygotsky, no entanto há também censuras a essa visão individualista e ao modelo linear de desenvolvimento.

Aponta uma distinção no campo da sociologia da infância entre pesquisas com abordagens macro e micro (estruturais), definidas por ele como social-psicológica. Em *Sociologia da infância*, o autor apresenta pesquisas que transitam pelas duas abordagens.

Os elementos centrais do livro são as relações construídas coletivamente pelas crianças entre si, com os adultos e como nessas relações a cultura é reproduzida, compartilhada, criada e recriada. Corsaro se envolve nas situações de brincadeira posicionando-se como um “adulto atípico” (destituído de poder), atitude que permite

uma relação de confiança com as crianças, o que lhe proporciona trânsito livre e um olhar diferenciado do universo infantil. Os exemplos de brincadeiras infantis e as descrições cuidadosas dos cadernos de campo do pesquisador trazem vida para as reflexões sobre a complexidade e diversidade da vida das crianças.

Vale-se do conceito de “reprodução interpretativa”, por ele criado – que expressa no termo “reprodução” a restrição das condições da estrutura social e de reprodução social, além dos processos históricos que constituem sociedades e culturas e afetam as crianças e infâncias como suas integrantes –, para lembrar que “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais” (p. 32). A inovação e a criatividade advindas da participação social das crianças seriam expressas pelo termo “interpretativa”.

Discute o efeito das forças sociais sobre a infância e da infância sobre as forças sociais. Procura situar e contextualizar a infância com base em uma perspectiva histórica e cultural. Propõe tentar compreender as mudanças econômicas, sociais e culturais pelas próprias crianças, tendo como foco as famílias ocidentais, embora também traga alguns exemplos da África. Assinala como principais mudanças no cotidiano familiar a diminuição do número de filhos, o aumento do número de horas em que os pais permanecem no trabalho e a crescente institucionalização das atividades de lazer das crianças.

Explora as metodologias de pesquisa que têm como ponto de partida a infância como estrutura social e as relações de reciprocidade em que “as crianças afetam e são afetadas pela sociedade” (p. 57). Faz um alerta sobre as necessidades de adaptação dos métodos já utilizados em pesquisa com adultos e sinaliza com a possibilidade de novos métodos, com utilização de gravações audiovisuais e desenhos infantis.

Outro conceito muito presente nessa obra é o de cultura de pares, pois segundo Corsaro (p. 94-95),

[...] as crianças não se desenvolvem simplesmente como indivíduos, elas produzem coletivamente culturas de pares e contribuem para a reprodução de uma sociedade ou cultura mais ampla [...] É particularmente importante a ideia de que as crianças contribuem com duas culturas (a das crianças e a dos adultos) simultaneamente.

Apresenta o papel da família e das rotinas familiares como um espaço importante para a iniciação na cultura de pares, mas acentua que para o desenvolvimento das culturas infantis há a necessidade do convívio com outras crianças. Argumenta que o espaço público vai oferecer às crianças experiências ricas e diferentes dos possíveis no espaço privado. Chama a nossa atenção para a interdependência existente entre as culturas adulta e infantil.

Apona que as culturas infantis têm um universo simbólico específico (figuras míticas: fadas, monstros, dragões, Papai Noel etc.) e também apresenta exemplos de outras culturas em que os personagens fantásticos também estão presentes e relata como adultos e crianças maiores lidam com esse universo imaginário.

Destaca que além dos brinquedos há uma série de materiais e ferramentas (livros, lápis de cor, canetinhas, tintas e papéis) dos quais as crianças se valem para produzir vários artefatos da cultura material da infância (desenhos, pinturas, esculturas de blocos etc.). A relação das culturas infantis com o consumo é sabiamente explorada pelo *marketing*, que observa as crianças, as leva a sério e entende que elas são consumidoras com grande poder de compra e convencimento dos pais. Constata que brinquedos produzidos para as crianças, assim como outros materiais fabricados pelos adultos, muitas vezes adquirem outros usos inventados por elas mesmas.

Exemplifica, com relatos de diversas brincadeiras, os esforços das crianças em controlar a própria vida e de compartilhar esse controle com seus parceiros.

Com as crianças de 3 a 6 anos, aponta as diversas formas e jogos que envolvem a proteção do espaço de interação, às vezes com restrição ao acesso de algumas crianças, que por sua vez criam estratégias de acesso que são negociadas com o grupo.

[...] ao proteger seus espaços interativos, as crianças acabam percebendo que podem gerenciar suas próprias atividades. Ao negociar quem brinca e quem não brinca, quem está no grupo e quem não está, as crianças começam a compreender suas identidades sociais em desenvolvimento. Tal diferenciação entre pares se torna mais importante ao longo dos anos pré-escolares e é um processo na cultura de pares pré-adolescentes. (Corsaro, 2011, p. 165)

As brincadeiras são assim marcadas por rituais, rotinas de compartilhamento e jogos de linguagem que muitas vezes são também formas de lidar com os medos e preocupações da vida cotidiana (como nos jogos de fugir de monstros). Os vínculos de amizade que surgem dessas interações têm variações conforme os contextos sociais e culturais em que vivem as crianças. Chama a atenção do leitor para o papel da resistência e do confronto com a autoridade do adulto no comprometimento e coesão dos grupos infantis, além do “forte desejo de partilha e participação social”.

Verifica que, no entanto, o confronto e os conflitos não emergem somente em relação aos adultos. As diferenciações de gênero, classe social e questões etnorraciais estão presentes no universo das crianças. Em suas pesquisas com crianças italianas, ressalta o caráter público e dramático das discussões. Já em pesquisa realizada com crianças afro-americanas, o destaque fica por conta da forma jocosa como é encaminhada a discussão verbal entre elas. A intensidade e o envolvimento emocional chamaram a atenção na investigação, que envolveu crianças norte-americanas de classe média alta.

Embora Corsaro focalize em suas pesquisas as crianças em idade pré-escolar, a faixa etária definida por ele como infância, “para os propostos deste livro” a idade vai do nascimento aos 13 anos. Discorre a respeito da cultura de pares de pré-adolescentes (7 a 13 anos) apoiado em pesquisas realizadas por outros estudiosos e pontua a resistência às normas adultas e o fortalecimento das relações de amizade como características marcantes das culturas de pares pré-adolescentes. Com muito cuidado para não generalizar, assinala que nesse período pode haver um aprofun-

damento das separações por classe, gênero e etnia, pois os pré-adolescentes tentam estabilizar sua identidade.

Ao longo de todo o livro, encontramos reflexões sobre as relações de interdependência da infância e sociedade. Na parte final, Corsaro se dedica a discutir as maneiras como as crianças são atingidas por mudanças na ordem social, política e econômica.

Debate sobre como os problemas sociais são vivenciados pelas crianças, e por esse ponto de vista aborda as mudanças nas estruturas familiares, como o grande número de divórcios, presença feminina no mercado de trabalho, gravidez na adolescência e o papel dos avôs no apoio e atenção às crianças nessas novas configurações. Amplia a discussão com debates sobre as políticas públicas de apoio à maternidade e a pequena infância nos Estados Unidos e no mundo.

Reconhece que a infância é na estrutura social o grupo mais vulnerável nas situações de extrema pobreza e violência. Com base nessa perspectiva, aborda temas como abuso infantil, pobreza e trabalho infantil.

Trata de questões relativas aos direitos das crianças e, com uma esperança quase ingênua, apela para que o bom senso adulto leve a infância em conta nos debates políticos.

Por fim, após esse breve panorama do livro *Sociologia da infância*, só se pode dizer que, se você, assim como Corsaro, pensa que “o futuro da infância é o presente”, vai encontrar apoio para aprofundar os estudos e conhecer mais sobre a infância contemporânea e as relações de reciprocidade que a infância estabelece com a sociedade.

ELINA ELIAS DE MACEDO é doutoranda em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: elinamac@gmail.com

Recebido em fevereiro de 2012

Aprovado em abril de 2012

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Tradução: Ione Ribeiro Valle. Nilton Valle; revisão técnica: Maria Tereza de Queiróz Piacentini. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, 314 p.

Esta resenha apresenta a obra *Homo academicus*, escrita por Pierre Bourdieu (1930-2002), publicada na França em 1984, e no Brasil em 2011, pela Editora UFSC. É um trabalho de tradução que, pelas mãos da professora doutora Ione Ribeiro Valle, docente da mesma instituição, e de Nilton Valle, está agora ao alcance de todos que se interessam pelas análises de um dos sociólogos mais importantes da contemporaneidade sobre o campo político, de maneira mais ampla, e sobre o campo acadêmico, de modo mais específico.

Ione Ribeiro Valle, ao apresentar a obra, assegura que “é à educação, na sua forma escolar, que Pierre Bourdieu dedica a maior parte de sua vida intelectual” (p. 14), e que “o interesse pela escola, no que concerne à ação, à autoridade e ao trabalho pedagógico, não é fruto de uma escolha aleatória” (p. 15). *Homo academicus* está distribuído em cinco capítulos, seguido de um pós-escrito, nos quais Bourdieu analisa os acontecimentos e os posicionamentos ocorridos durante e após o Movimento de Maio de 1968 na França, lançando o desafio à “vocação científica” do sociólogo. Bourdieu não limita sua análise em razão de ocupar uma posição no espaço que é o foco de sua investigação. Desse modo, reconhece que caminha por um terreno perigoso. Na obra, Bourdieu edifica uma espécie de topografia social e mental do mundo acadêmico ao se propor a desmantelar o *Homo academicus*, tendo como referência, principalmente, o espaço de uma das mais reputadas universidades francesas: a Sorbonne.

No primeiro capítulo, “Um livro para queimar?”, ao concordar que está prestes a cometer o ato sacrílego de tirar o véu dos “segredos de sua tribo”, o sociólogo revela que os trabalhos de construção intelectual produzem efeitos e implicam responsabilidades, por serem produções de indivíduos, ao mesmo tempo empíricos e epistêmicos, ou seja, o intelectual se apresenta como objeto e produto de suas próprias análises. Bourdieu toma como objeto de estudo um problema

epistemológico em um mundo social, no qual está envolvido, e trata da necessidade de romper com esse mundo para efetuar a análise desse objeto sem interferências; isto é, exercita o esforço da “vigilância epistemológica”, tão preciosa ao autor. Ao estudar o campo acadêmico, que é definido na obra como “o lugar de uma luta para determinar as condições e critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos [...], as propriedades pertinentes, eficientes, próprias a produzir – funcionando como capital – os benefícios específicos assegurados” (p. 32), o sociólogo afirma que toda a compreensão torna-se difícil, visto que pouco se compreende, “porque não se quer nem ver nem saber o que se compreende” (p. 32).

“O conflito das faculdades” é o título do segundo capítulo. Nele Bourdieu afirma que as posições ocupadas no espaço social estão ligadas à posse de capital cultural. Os professores universitários são os que dominam, em maior número, esse capital e situam-se, sobretudo, no polo dominado do campo do poder, como detentores de uma forma institucionalizada de capital cultural. Esses professores opõem-se aos escritores e artistas que ocupam os setores menos institucionalizados do campo social e distanciam-se das normas culturais dominantes e das instâncias de controle social. Bourdieu enfatiza que a posição ocupada em um campo está intimamente ligada ao capital cultural. O sociólogo declara, ao fim das reflexões aí apresentadas, que o conflito das faculdades se estabelece pelo “monopólio do pensamento e do discurso legítimo sobre o mundo social”, fundamentados em uma mesma “ciência da ordem e do poder” (p. 102). De um lado, os professores visam à racionalização da ordem estabelecida e, de outro, não pretendem ordenar as coisas públicas, e sim “pensá-las como tais, pensar o que é a ordem social” (p. 102).

No terceiro capítulo, “Espécies de capital e formas de poder”, Bourdieu explicita que as posições ocupadas pelas faculdades concedem a cada uma delas poder. Esse poder materializa-se, muitas vezes, nas atividades e nas funções exercidas. Para o sociólogo, nas faculdades de ciências humanas e de letras, as relações hierárquicas são equilibradas e não há como manter ou modificar as estruturas dessas relações de poder de modo solitário e único. O que abala as estruturas das relações de poder entre as faculdades é a posição que cada uma delas ocupa no interior do campo, bem como as relações que elas estabelecem entre si. A soma de atributos de cada um dos membros de uma instituição define o seu peso social, visto que as fronteiras no interior dos campos são flutuantes e movediças dentro da estrutura do espaço dos poderes. Esses poderes estão intimamente ligados à idade e ao acesso às diferentes formas de poder, que variam de acordo com os diferentes níveis de capital cultural e social. Estes são dados pelo prestígio intelectual e científico como um poder mais durável, e pelo poder universitário, reconhecido exclusivamente nos limites da universidade e fundado, principalmente, no controle dos instrumentos de reprodução do corpo professoral. De acordo com o sociólogo, toda dominação é temporária, depende de diversos fatores, e quando há inversão “insensível ou brutal” de duas posições, “os antigos dominantes [...] vão sendo pouco a pouco levados, sem o saber e apesar deles, a uma posição dominada” contribuindo para o seu próprio declínio (p. 168-169).

O quarto capítulo, “Defesa do corpo e ruptura dos equilíbrios”, trata das estruturas do campo universitário como um estado, em um momento determinado do tempo e do resultado das relações de força estabelecidas entre os agentes. A estrutura do campo depende dessa relação e das transformações globais, dadas por variáveis externas e internas que também o afetam. Bourdieu considera que para proteger “as invariâncias sociais do corpo professoral” nos processos de admissão, os responsáveis por essa seleção recorrem a “um sistema de critérios implícitos” e hierarquizados, contudo fora de toda a premeditação (p. 181). Ao apresentar reflexões sobre a crise das sucessões, o sociólogo assinala que o sistema universitário dos anos 1960 tendia a “assegurar sua própria reprodução, produzindo mestres dotados de características sociais e escolares quase constantes e homogêneas” (p. 188), e que o conflito que dividiu as faculdades opunha as gerações não em relação às faixas etárias, mas às distintas formações universitárias. Ainda, afirma que “a crise que dividiu o corpo docente é uma crise de crença” (p. 197). A “ruptura dos equilíbrios” ocorre “ao romper a relação de identificação antecipada com os mestres e com as posições magistrais e a cumplicidade com os detentores e os pretendentes na adesão às normas” (p. 205).

“O momento crítico” é o quinto capítulo. Nele Bourdieu se detém a analisar o Maio de 1968 francês, caracterizando-o como um momento de crise, no qual se elaboraram explicações e hipóteses, as mais diversas, na tentativa de explicitá-lo, segundo os benefícios políticos e os mercados aos quais tais explicações se destinavam e, também de acordo com a atualidade, com a proximidade do dito objeto. Para Bourdieu, a “atenção imediata ao imediato” promove leituras equivocadas desse objeto, por isolar esse momento crítico da história francesa, permitindo um movimento que pressupõe que haja “na história momentos privilegiados” (p. 208). O sociólogo considera que a intenção da ciência é “recolocar o acontecimento extraordinário na série dos acontecimentos ordinários, no interior do qual ele se explica” (p. 208). Bourdieu compreende que ocorreu uma sincronização de crises, que veladas nos mais distintos campos possibilitaram a generalização da crise do Maio de 1968, tornando-a uma conjuntura, “como conjunção de séries causais independentes”, que “supõe a existência de mundos separados, mas que participam do mesmo universo tanto no seu princípio como no seu fundamento” (p. 225). A crise revela-se como delatora de posições sociais que se objetivam segundo a hierarquia social nos diversos campos, inclusive o acadêmico, desvelando que o mundo social é produto de estruturas objetivas e incorporadas. A crise introduz uma ruptura no que é durável e “põe em suspenso a ordem ordinária das sucessões e a experiência ordinária do tempo como presença num futuro já presente” (p. 234), forçando os agentes a emitir opiniões públicas e publicadas, situando-os em um espaço de opiniões possíveis, criando ilusões como a da espontaneidade, geradas de acordo com as sensibilidades ao contexto.

Pierre Bourdieu explicita na obra *Homo academicus* os obstáculos com os quais se confrontam aqueles que intentam transformar a ordem dominante, bem como as dificuldades para sobreviver em uma luta que é de “todos contra todos”, e na qual os agentes são interdependentes e, ao mesmo tempo, concorrentes e clientes,

adversários e juízes para determinar sua verdade e seu valor, sua vida e sua morte simbólica. Admite que o mundo acadêmico é “lócus” do debate, do diálogo, mas também de disputas acirradas de poder, no qual as carreiras e reputações são construídas, respeitando-se a lógica do campo e de seus subcampos. Boudieu lança-se ao perigo de escrever um “livro para queimar”, visto que estremece as estruturas do campo científico e retira seus pares de um lugar de conforto, o que pode levá-los a interpretar a obra como “um atentado sacrílego contra suas próprias crenças” (p. 26).

MARILÂNDES MÓL RIBEIRO DE MELO é professora temporária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em educação pela mesma instituição.

E-mail: marilandesmel@gmail.com

MARIELE MARTINS é graduanda em pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: marielee_martins@hotmail.com

Recebido em março de 2012
Aprovado em março de 2012